

ZULMAR FACHIN
JOSÉ ALEXANDRE RICCIARDI SBIZERA
NATÁLIA MARIA VENTURA DA SILVA ALFAYA
ORGANIZADORES

DIREITOS HUMANOS E CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Direitos Humanos e Construção da Democracia: contribuições teóricas /
 Organizadores : Zulmar Fachin, José Alexandre Ricciardi Sbizera, Natália Maria Ventura da Silva Alfaya. – Londrina, PR: Thoth, 2020.
 566 p.

Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-86300-81-9

1. Direitos Humanos. 2. Democracia. I. Fachin, Zulmar. II. Sbizera, José Alexandre Ricciardi. III. Alfaya, Natália Maria Ventura da Silva.

CDD 340

Índices para catálogo sistemático
 1. Direito e humanidade: 340

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO.....	15

CAPÍTULO 1

Gilberto Geraldino Filho

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentao

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB O OLHAR DA HERMENÊUTICA JURÍDICA.....

Introdução.....	31
1 Breve histórico da noção de dignidade humana.....	32
2 O conceito de dignidade humana.....	34
3 A dignidade humana e a Constituição Federal de 1988.....	35
4 A dignidade como norma fundamental na CF/88.....	36
5 A dignidade humana como limite e tarefa do Estado.....	37
6 Dignidade e direitos fundamentais.....	38
7 Função hermenêutica da dignidade humana.....	39
8 A dignidade e a abertura do catálogo dos direitos fundamentais.....	40
9 A titularidade dos direitos fundamentais.....	42
10 A dignidade humana como limite dos direitos fundamentais e da própria dignidade.....	43
Conclusão.....	44
Referências.....	46

CAPÍTULO 2

Fernando César Lopes Cassionato

Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DO ADOTADO NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....

Introdução.....	47
1 Análise histórica: a adoção no período contemporâneo ou constitucional (o período da codificação).....	48
	49

1.1 A importância das fontes históricas para o instituto da adoção ...	53
2 Fontes históricas constitucionais brasileiras e sua correlação com o instituto da adoção no Brasil.....	53
2.1 Constituição Imperial de 25 de março de 1824.....	54
2.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891	57
2.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de setembro de 1934.....	59
2.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.....	60
2.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.....	61
2.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967.....	63
2.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.....	65
Conclusões.....	68
Bibliografia específica e geral.....	70

CAPÍTULO 3

Alexandre Coutinho Pagliarini

Graciele Gélio

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	73
Introdução.....	73
1 Direitos humanos e o sistema protetivo interamericano de direitos humanos.....	74
1.1 Conceito de direitos humanos.....	74
1.2 A Carta da OEA	75
1.3 A Declaração Americana dos direitos e deveres do homem.....	76
1.4 A Convenção Americana sobre direitos humanos.....	76
2 Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	77
2.1 Características gerais.....	78
2.2 Análise quanto à efetividade dos direitos humanos nas decisões da Corte Interamericana	80
2.2.1 O caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia).....	82
2.2.2 Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e outros (Favela Nova Brasília).....	86
3 Medidas para efetivação dos direitos humanos.....	90
3.1 Compreensão dos direitos humanos como norma efetiva constitucional	91

3.2 Expansão do Direito Internacional e Direitos Humanos aos profissionais da área	93
Conclusão.....	94
Referências	95

CAPÍTULO 4

Jussara Schmitt Sandri

Keyvyn Roger Leal Escomação

A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	99
Introdução.....	99
1 Das diferentes concepções de políticas públicas.....	100
2 Das políticas públicas educacionais	105
3 Das políticas públicas voltadas à educação especial	109
Considerações finais	113
Referências	114

CAPÍTULO 5

Almir Rogério dos Santos Escatambulo

Zulmar Fachin

A LUTA HISTÓRICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A INFLUÊNCIA NAS LEIS E NO DIREITO.....	117
Introdução	118
1 As pessoas com deficiência na história do mundo	118
1.1 História antiga.....	119
1.2 Idade Média	122
1.3 Séculos XV a XVII	122
1.4 Séculos XIX a XX.....	123
2 As pessoas com deficiência no Brasil	124
2.1 Povos indígenas	124
2.2 Negros escravos.....	124
2.3 Século XX e o modelo médico	125
3 A luta política das pessoas com deficiência na reabertura política e o reconhecimento perante a Constituição de 1988.....	126
Conclusão.....	130
Referências bibliográficas	131

CAPÍTULO 6

Bianca da Rosa Bittencourt

Joice Duarte Gonçalves Bergamaschi

A ORTOTANÁSIA E O DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE.....	133
--	-----

Introdução.....	133
1 Interpretação das práticas civis à luz da Constituição.....	134
2 A ortotanásia	137
3 A ortotanásia no Brasil e no direito comparado	140
3.1 ortotanásia no Brasil.....	140
3.2 ortotanásia no direito comparado	142
4 Princípios constitucionais e bioéticos e o direito de morrer com dignidade	144
4.1 Dignidade da pessoa humana.....	144
4.2 Autonomia.....	145
4.3 O direito de morrer com dignidade	147
Conclusão	148
Referências bibliográficas	150

CAPÍTULO 7

Douglas Santos Mezacasa

Dirceu Pereira Siqueira

POLÍTICA PÚBLICA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....

Introdução.....	153
1 Da inserção dos direitos sociais como um direito fundamental	155
2 O desenvolvimento da política pública na assistência social	160
3 Requisitos legais do benefício de prestação continuada	162
4.1 O requisito referente à faixa etária.....	163
4.2 O requisito referente à incapacidade	164
4.3 O requisito referente à miserabilidade	166
Conclusão.....	168
Referências	169

CAPÍTULO 8

William Albano Rocha

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NA POLÍTICA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO.....

Introdução.....	173
1 Breves relatos sobre o contexto histórico de escravidão no Brasil e o abolicionismo	174
2 A representatividade negra na política	174
3 Representação das mulheres negras na política brasileira – o direito de ser votada	178
Conclusões.....	180

Referências	181
-------------------	-----

CAPÍTULO 9

Luciana Rosa Cabrero Alarcon

Judith Aparecida de Souza Bedê

ABANDONO AFETIVO INVERSO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DO RESPEITO À DIGNIDADE DO IDOSO NO BRASIL

.....	185
Introdução.....	185
1 Noções gerais sobre a dignidade aplicada aos idosos	187
1.1 Conceito civil de abandono e o papel do Estado.....	190
2 O Estatuto do Idoso – Lei N° 10.741/2003	191
2.1 Obrigações dos filhos para com os pais idosos.....	191
2.2 Dever de cuidado e indenização	192
2.3 Consequências legais do abandono afetivo entre idosos	194
2.4 Projeto de Lei N° 4.294 – “A” DE 2008.....	195
3 Decisões jurisprudenciais sobre abandono de idosos.....	196
Considerações finais	197
Referências	198

CAPÍTULO 10

Giovanna Rossetto Magaroto Cayres

Ricardo Bispo Razaboni Júnior

BULLYING E A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E INCLUSÃO SOCIAL

.....	201
Introdução.....	201
1 Bullying nas escolas: conceitos e formas	202
1.1 Protagonistas do <i>bullying</i> : vítimas, agressores e espectadores.....	205
1.2 Estudos nacionais acerca do fenômeno bullying	207
1.3 Legislação nacional de combate ao bullying	209
2 Justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e inclusão social no <i>bullying</i>	211
Conclusão.....	214
Referências	215

CAPÍTULO 11

Flávio Pansieri

CONDIÇÃO DE AGENTE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LIBERDADE EM AMARTYA SEM.....

.....	219
Introdução.....	219
1 A condição de agente e as privações sociais.....	220
2 As liberdades instrumentais como caminho para o desenvolvimento	

social e econômico.....	226
Considerações finais	231
Referências	233

CAPÍTULO 12

Valter Giuliano Mossini Pinheiro

Zulmar Fachin

DESOBRIGAÇÃO DOS CUIDADOS PELOS FILHOS AOS PAIS IDOSOS – DA RECIPROCIDADE NEGATIVA.....	235
Introdução.....	235
1 Da proteção constitucional da família	237
1.1 Do dever dos pais para com seus filhos na infância.....	238
1.2 Do resultado do abandono de um dos genitores.....	240
2 Da vulnerabilidade dos idosos.....	241
2.1 A pessoa idosa e os seus direitos	244
3 Da reciprocidade negativa pelo abandono entre pais e filhos	247
3.1 Da prestação de alimentos.....	247
3.1.1 Possibilidades legais de não prestar alimentos aos pais.....	248
Conclusão.....	249
Referências	250

CAPÍTULO 13

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

Suelen Maiara dos Santos Alécio

DO PRECONCEITO CONTRA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A DIGNIDADE HUMANA	253
Introdução.....	253
1 Da dignidade da pessoa humana	255
2 Do preconceito e da desigualdade	257
3 Da violação da dignidade da pessoa humana com base no preconceito.....	260
Considerações finais.....	265
Referências bibliográficas	266

CAPÍTULO 14

Kevyn Roger Leal Escomação

Jussara Schmitt Sandri

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	269
Introdução.....	269
1 Do direito à educação	270
2 Da educação especial	272
3 Do surgimento da educação especial no Brasil.....	274

4 Dos fundamentos legais da educação especial	279
Considerações finais	287
Referências	288

CAPÍTULO 15

Fabio Sukekava Junior

Judith Aparecida de Souza Bedê

IMIGRANTES BOLIVIANOS: UMA VÁLVULA DE ESCAPE PARA OS ALTOS CUSTOS DA MÃO DE OBRA BRASILEIRA	293
Introdução.....	293
1 A terceirização e o trabalho escravo	295
2 O pacto pelo emprego e trabalho decentes de São Paulo e o seu respeito perante as confecções	296
3 Grandes marcas flagradas com trabalho escravo em oposição ao princípio da dignidade humana.....	297
3.1 Zara	298
3.2 Renner.....	298
3.3 Marisa.....	299
3.4 Pernambucanas.....	300
3.5 M.Officer.....	301
4 Direitos Humanos dos imigrantes no Brasil.....	302
5 Bolivianos: remuneração e manutenção à vida	304
Considerações finais	305
Referências	306

CAPÍTULO 16

Danyele Ganef Slobodticov

Guilherme Prado Bohac de Haro

LIBERDADE E O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: O USO DA DEMOCRACIA PARA RESTRINGIR A LIBERDADE INDIVIDUAL	309
Introdução.....	309
1 Democracia e a noção de liberdade	311
2 Estatuto do desarmamento.....	314
3 Comparação no âmbito internacional.....	318
Conclusão.....	323
Referências bibliográficas	323

CAPÍTULO 17

Ana Paula Hedler

MULHER E POLÍTICA: UM ESTUDO DA VISIBILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NOS MEIOS DE

COMUNICAÇÃO DE MASSA	325
Introdução.....	325
1 Desenvolvimento teórico	327
2 Metodologia e apresentação de resultados	333
Considerações finais	345
Referências bibliográficas	348

CAPÍTULO 18

Roberto Carlos Ferreira Soares

Maria de Fátima Rodrigues de Oliveira

O CASO RAFAEL BRAGA E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL.....	351
Introdução.....	351
1 Breve relato do caso Rafael Braga.....	352
2 Repensando Rafael.....	353
3 A discriminação	355
4 A opressão	357
5 A força do princípio da igualdade estampado na Constituição Federal de 1988	359
6 O Estado democrático de direito e os direitos humanos.....	360
Considerações finais	362
Referências.....	364

CAPÍTULO 19

Alessandra Depieri Viegas

Tarcisio Teixeira

O <i>CROWDSOURCING</i> (CONTRIBUIÇÃO COLABORATIVA) NA PERSPECTIVA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A ASCENSÃO DE UM MECANISMO REPUBLICANO NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS.....	367
Introdução.....	367
1 O <i>crowdsourcing</i> : aspectos gerais	368
2 <i>Crowdsourcing</i> : uma análise no Estado contemporâneo.....	373
Conclusão.....	381
Referências	382

CAPÍTULO 20

Felipe de Araújo Chersoni

Elcio João Gonçalves Moreira

O DIREITO DE ACESSO À CULTURA COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	385
--	-----

Introdução.....	385
1 Conceito de cultura e sua evolução histórica	387
2 Evolução histórica de cultura acerca do particularismo histórico ..	389
3 Valorização do patrimônio histórico e cultural a partir do paradigma de Uruguai e Argentina	391
4 Cultura e direito: uma análise acerca das normas voltadas à temática.....	392
4.1 A cultura como meio de representatividade de um povo e a importância em seu investimento.....	395
4.2 A crise em políticas públicas voltadas a cultura: um aparato político histórico	396
4.3 As implicações do neoliberalismo nas políticas culturais.....	396
5 Atuação do Estado e do mercado frente à cultura.....	400
5.1 Cultura como um processo de liberdade educacional e efetivação dos direitos da personalidade.....	401
5.2 Perspectivas Europeias acerca dos investimentos em cultura	403
Considerações finais	404
Referências bibliográficas	405

CAPÍTULO 21

Almir Gallassi

ODIREITO FUNDAMENTAL A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL DA PESSOA TRANSEXUAL.....

Introdução.....	407
1 Da pessoa transexual.....	408
2 A transexualidade no mundo atual	409
3 O transexual como grupo vulnerável	410
4 O ponto de vista do conselho federal de medicina.....	411
5 Do direito a autodeterminação sexual.....	412
6 A cirurgia de mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde	415
7 Da alteração do nome e do sexo.....	417
8 A transexualidade no tribunal de justiça das comunidades europeias	429
8.1 Caso P. contra S. y Cornwall Country Council	429
Conclusão.....	430
Referências	430

CAPÍTULO 22

Jairo Queiroz Pacheco

Jolinda de Moraes Alves

O MOVIMENTO NEGRO COMO MOVIMENTO SOCIAL E POPULAR E SUA ATUAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI.....

.....	435
-------	-----

Introdução.....	435
1 Caracterização teórica do movimento negro	436
2 Vai-se a escravidão, fica o racismo.....	441
3 Protagonismo do movimento negro como movimento social popular.....	442
Considerações finais.....	449
Referências bibliográficas	450

CAPÍTULO 23

Marcela Tiph Ribeiro

Miguel Belinati Piccirilo

O REQUISITO RENDA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA SOB ASPECTO CONSTITUCIONAL.....

Introdução.....	453
1 A assistência social	454
1.1 Direito fundamental social.....	454
1.2 Seguridade social	455
1.3 Assistência social.....	456
2 Benefício da prestação continuada.....	458
2.1 Conceito.....	458
2.2 Requisitos	460
2.3 Requisito de miserabilidade	461
3 Entendimentos quanto à concessão pelo requisito de miserabilidade.....	462
3.1 Da autarquia federal instituto nacional de seguridade social	462
4 Entendimento do Supremo Tribunal Federal	464
5 Efeitos da Reclamação N° 4374-6/PE.....	467
5.1 Efeito na administração previdenciária.....	467
6 Efeitos jurisprudenciais	468
Referências	469

CAPÍTULO 24

Jussara Schmitt Sandri

O SISTEMA DE COTAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.....

Introdução.....	473
1 Do sistema de cotas no contexto do direito à educação e do acesso ao ensino	475
2 Do instituto Federal do Paraná.....	478
3 Do sistema de cotas do IFPR.....	480
Considerações finais.....	485
Referências	486

CAPÍTULO 25**Débora Alécio****Zulmar Fachin**

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO A IDENTIDADE: EXCLUSÃO COMO PROCESSO DE COISIFICAÇÃO DO SER HUMANO.....	489
Introdução.....	490
1 Do direito fundamental à identidade de ser humano	491
2 A ausência de moradia como reconhecimento da condição de “coisificação” da pessoa em situação de rua	495
3 Necessidade de reconhecimento da dignidade da pessoa humana e de políticas públicas em prol de igualdade material.....	501
Conclusão.....	505
Referências	506

CAPÍTULO 26**Silvana Cristina Cruz e Melo****Carina Ricken Boneti**

PORTARIA N. 1.129/2017 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO: UM RETROCESSO À REPRESSÃO E À ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	511
Introdução.....	511
1 Dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho	513
2 Da evolução do Brasil na erradicação do trabalho escravo.....	517
3 A portaria n. 1.129/2017 do ministério do trabalho uma afronta ao ordenamento jurídico	519
4 Do retrocesso e da necessidade de revogação da portaria n. 1.129/2017 do ministério do trabalho	525
Conclusão.....	529
Referências	530

CAPÍTULO 27**William Artur Pussi Filho****Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro**

UMA ANÁLISE DA SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE A CENSURA CHILENA DO FILME “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO” À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	533
Introdução	534
1 Características gerais dos direitos fundamentais.....	535
2 Gerações dos Direitos Fundamentais	537
3 Colisão entre direitos fundamentais	539

4 Plano vertical dos direitos fundamentais	543
5 Liberdade de Imprensa e Expressão	545
Considerações finais	548
Referências	548

CAPÍTULO 28

Bruno Henrique Martins Piroló

Victor Felix Szytko Koch

VOTO FACULTATIVO: A CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO	553
Introdução	553
1 Estudo sobre a democracia	554
2 O voto	555
2.1 Instrumentos de participação popular	557
2.2 Voto facultativo	559
2.3 O voto como cláusula pétrea	560
3 Sanções ao não exercício do voto	561
4 Projetos de emenda constitucional	562
5 Mecanismo de apoio à formação do Estado democrático	563
Conclusão	564
Referências	566